

## ACERTO EXTERNO

# Dívida Externa Reed desfaz equívoco com Funaro

por Jurema Baesse  
de Brasília

Em meio a negativas de que estaria sendo vítima de uma conspiração para derrubá-lo, o ministro da Fazenda, Dilson Funaro, demonstrando tranqüilidade, informou que recebeu um telefonema do próprio presidente do Citibank, John Reed (o maior credor do País), no qual este lhe assegurou que não tomou nenhuma atitude no sentido de desestabilizá-lo. A informação, veiculada na terça-feira pela imprensa, atribuiu a Reed uma estratégia para forçar a saída de Funaro do Ministério da Fazenda.

Funaro confirmou, no entanto, que os banqueiros solicitaram que o País, "num gesto simbólico", fornecesse algum tipo de pagamento da parte dos juros que foram suspensos desde a decretação da moratória, de modo que "ficasse indicado que o Brasil não se estaria recusando a pagar, no futuro, a sua dívida". O ministro confirmou que esta possibilidade está sendo estudada, porém, não forneceu mais nenhum detalhe.

O gesto maior, opinou Funaro, é a própria presença do Brasil na reunião do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) em Miami, EUA, e a discussão, dentro do comitê de credores, que está sendo levada pelo presidente do Banco Central, Francisco Gros.

"O problema, assinalou, não é o de o Brasil ir ou não ao Fundo, é o de reconhecimento por parte dos países credores que os juros subiram muito e machucaram profundamente os países devedores. E que neste momento temos de discutir fórmulas novas que revertam em um maior refinanciamento de recursos para o País."

"Se em 1982, quando ocorreu a crise internacional, o Brasil tivesse adotado a mesma atitude que estamos adotando hoje, não teríamos passado pela recessão e desemprego que veio depois. O que desejamos, acentuou, é uma negociação ampla que permita ao País estabelecer um horizonte, nos próximos quatro anos, que dê condições para o País programar os seus investimentos, tanto estrangeiros quanto nacionais. "O importante, reiterou, é que o País garanta o seu espaço para crescer, e este é um programa que o presidente Sarney já definiu, é um projeto maduro, a ser obtido com negociação. Nos últimos dois anos o Brasil pagou US\$ 24 bilhões aos credores e recebeu em troca apenas US\$ 2 bilhões de refinanciamento, e esta relação tem de mudar.

Funaro preferiu não usar a palavra "ultimato" para classificar a exigência dos credores de que o Brasil pague uma parte dos juro para que o País possa obter a renovação das linhas de curto prazo. "Não existe isso", reagiu, "existe uma negociação importante entre País credor e país devedor."

A rolagem dos US\$ 15 bilhões referentes às linhas de curto prazo é fundamental para o País, ressaltou. Estas linhas sustentam todo o processo de superávits do País, e parte delas é responsável pelo financiamento das exportações brasileiras, o que no fim ajuda é o pagamento de juros, destacou.